



23 DE NOVEMBRO DE 2011

Quarta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **SETOR FLORESTAL DO PR ATRAI INVESTIMENTOS DE R\$ 6,1 BI**
- **PARA ANALISTAS, INFLAÇÃO SEGURA JURO EM 9,5%**
- **DÓLAR ALTO FAZ BRASILEIRO CONTER GASTO NO EXTERIOR**
- **CNI: PARTICIPAÇÃO DE IMPORTADOS NO CONSUMO É RECORDE**
- **DECISÃO DO STJ ANIMA FISCO E KIA MOTORS**
- **JUROS FUTUROS PERDEM SELIC DE UM DÍGITO**
- **INDÚSTRIA QUE USAR RECICLADO COMO MATÉRIA-PRIMA TERÁ CRÉDITO DE IPI**
- **A NOVA LEI DO AVISO PRÉVIO**
- **MICROEMPRESA PODERÁ PEDIR PARCELAMENTO DE DÉBITO EM JANEIRO**
- **DÉFICIT BRASILEIRO DE AUTOPEÇAS CHEGA A US\$ 4 BILHÕES NO ANO**
- **FORD INAUGURA FÁBRICA DE MOTORES NA ARGENTINA**
- **ENDIVIDAMENTO CAI E INTENÇÃO DE COMPRA CRESCE**
- **TERCEIRIZAÇÃO: EMPREGADA GANHA DIFERENÇA SALARIAL OCORRIDA EM TROCA DE EMPRESAS**
- **DESINDUSTRIALIZAÇÃO É MAIOR AMEAÇA PARA A SIDERURGIA LATINO-AMERICANA**
- **PESQUISADORES INVESTIGAM IMPACTO DO ETANOL NOS MOTORES**

Câmbio Em 23/11/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,852	1,852
Euro	2,475	2,476

Fonte: BACEN

Setor florestal do PR atrai investimentos de R\$ 6,1 bi

23/11/2011- Gazeta do Povo

O setor florestal vive uma nova onda de investimentos no Paraná. Pelo menos sete empresas instaladas no estado – Klabin, Arauco, Masisa, Ibema, Berneck, Iguazu Celulose e Santa Maria – têm planos de expansão de atividades, com recursos que podem chegar a R\$ 6,1 bilhões, segundo estimativas de mercado.

Os projetos estão concentrados na região dos Campos Gerais, onde estão 85% das florestas plantadas no Paraná e a maior parte das indústrias do setor, que geram, somente nesses municípios, 40 mil empregos, segundo levantamento realizado pela consultoria Consufor.

A Ibema, fabricante de papel-cartão que tem sede em Turvo, na região central do estado, adiou a fusão que pretendia concluir com a paulista Papyrus até o fim do ano e a abertura de capital, antes programada para 2012. “Surgiram alguns pontos de discussão na fusão e eles ainda estão sendo avaliados. Teremos um atraso de seis a oito meses nesse processo”, diz o presidente da empresa, Nei Senter Martins, sem dar maiores detalhes. Juntas, Ibema e Papyrus esperavam obter receita de R\$ 600 milhões em 2011. A ideia era ganhar corpo para concorrer com Klabin e Suzano. A oferta de ações também deixou de estar no radar da Ibema, pelo menos para o próximo ano, por causa do atraso na fusão e da crise internacional.

Mesmo assim, a empresa está colocando em prática um plano de investimentos de R\$ 15 milhões para ser autossuficiente em pasta mecânica, usada na fabricação do papel-cartão, e estuda aplicar R\$ 40 milhões na expansão de 30% na produção, hoje em 8 mil toneladas de papel cartão por mês. O aumento será direcionado principalmente para exportação.

A Berneck, que tem sede em Araucária, na região de Curitiba, planeja aumentar em 10% a capacidade de produção de MDP no Paraná e está investindo R\$ 350 milhões em uma fábrica em Curitiba (SC), que produzirá 450 mil metros cúbicos de MDF e 700 mil metros cúbicos de MDP por ano.

A fábrica catarinense, que sofreu atrasos por causa de suprimento de energia, deve ser inaugurada entre março e abril de 2012. Segundo Daniel Berneck, diretor industrial da empresa, a meta é crescer entre 30% e 35% no próximo ano. O projeto deve estar completo em cinco anos.

Santa Maria

A Santa Maria, de Guarapuava (Centro-Sul do Paraná), vai investir na ampliação da produção de celulose. A informação foi confirmada pelo secretário municipal de Indústria e Comércio, Mauro Cláudio Temochko. "Ela está procurando parceiros para o fornecimento de madeira, e sabemos que há muitos produtores expandindo suas reservas", comenta.

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do Paraná (Sinpacel), Rui Gerson Brandt, a característica do setor no estado é o foco na produção de papel. "Assim como a Santa Maria, muitas empresas têm origem papeleira e procuram otimizar as reservas florestais investindo na produção de celulose para exportação", explica.

Iguaçu

A unidade da Iguaçu, do grupo Imaribo, em Piraí do Sul (Campos Gerais), faz o oposto: já tem produção de celulose e fibra, mas pretende fabricar papel. Segundo o secretário municipal de Indústria e Comércio, João de Barros, o grupo procurou a prefeitura em agosto deste ano para anunciar o interesse em investir na unidade. Hoje a capacidade produtiva da fábrica é de 108 mil toneladas por ano.

Os investimentos estão sendo puxados pelos setores de papel e celulose e painéis de madeira usados na fabricação de móveis. A Klabin, com fábrica em Telêmaco Borba, estuda a instalação de uma nova planta de celulose, com capacidade para entre 1,3 milhão e 1,5 milhão de toneladas por ano na região. Os aportes, junto com os ativos florestais, podem chegar a R\$ 5,8 bilhões, segundo informações de mercado.

A fabricante chilena de painéis de madeira Masisa planeja a construção de uma nova fábrica que pode custar R\$ 180 milhões. Segundo Jorge Hillmann, diretor da empresa no Brasil, a companhia estuda se vai construir a nova unidade em Ponta Grossa, onde está sua fábrica no Paraná, ou em Montenegro (RS), onde está a outra unidade industrial da empresa no Brasil.

Em Ponta Grossa, a Masisa ocupa hoje 100% de sua capacidade produtiva, de 300 mil metros cúbicos de painéis de madeira por ano. A também chilena Arauco, sua concorrente, anunciou um investimento de cerca de R\$ 270 milhões para aumentar a capacidade de produção de placas de MDF em Jaguariaíva, de 315 mil metros cúbicos para 815 mil metros cúbicos por ano, e para produzir 280 mil metros cúbicos de MDF revestido.

Crescimento

Os setores de celulose e painéis de madeira vêm crescendo no Brasil e se beneficiam de uma estrutura forte e competitiva de produção, diz Ivan Tomaselli, diretor da STCP Engenharia de Projetos. "A alta produtividade das florestas brasileiras, que chega a ser seis vezes superior à de regiões da Escandinávia e do Canadá, vem provocando a transferência de linhas de produção do Hemisfério Norte para o Sul", acrescenta Ederson de Almeida, diretor da Consufor.

A demanda mundial por celulose deve crescer entre 3% e 4% ao ano na próxima década e, ao tomar lugar de outros polos produtores, o Brasil caminha para estar entre os três maiores fabricantes globais. Hoje o país é o quarto maior produtor, com 14 milhões de toneladas por ano.

Embalado pelo mercado imobiliário, o setor de painéis de madeira vem apresentando taxas de crescimento de 10% ao ano, em média. O consumo de MDF no mercado brasileiro passou de 1,4 milhão de metros cúbicos por ano em 2005 para 3,2 milhões de metros cúbicos em 2010, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa). Para Tomaselli, da STCP, o mercado deve crescer entre 5% e 8% ao ano – o que, no médio prazo, vai demandar novas ampliações do parque fabril.

"Apagão" de madeira e crise desafiam projetos

A crise financeira internacional ainda não comprometeu os planos de expansão das empresas do setor florestal, mas especialistas admitem que, se houver um agravamento do quadro internacional, poderá haver adiamento de alguns projetos no Brasil.

A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) estima que o novo ciclo de expansão do setor receberá investimentos de US\$ 20 bilhões em dez anos. A cifra inclui ampliação da base florestal em 45%, para 3,2 milhões de hectares; da produção de celulose em 57%; e de papel, em 30%. Segundo a entidade, por enquanto os projetos estão dentro do cronograma e nenhum foi cancelado.

A indústria de painéis de madeira programa investimentos de US\$ 1,2 bilhão entre 2010 e 2014 no Brasil, segundo a Abipa, que representa as fabricantes. "Estamos quase na luz amarela. Acredito que a maior parte das empresas do setor está monitorando atentamente o comportamento do mercado e dos preços internacionais", diz Ivan Tomaselli, presidente da STCP Engenharia de Projetos.

Além da crise global, alguns analistas voltaram a falar da possibilidade de um "apagão florestal". Levantamento da consultoria Pöyry Silviconsult aponta para um déficit mínimo da ordem de 1,3 milhão de hectares plantados até 2020. Caso todos os projetos sejam implantados, o déficit de área plantada chegará a 2,3 milhões de hectares. A situação deve gerar um desequilíbrio na oferta de madeira, principalmente no Sul e no Sudeste, e reforçar a migração de projetos para as regiões Centro-Oeste e Norte.

Parceria multinacional

A possibilidade de escassez e de encarecimento de preços no futuro vem acelerando a compra de terras por empresas e fundos florestais. Uma tendência é a associação entre companhias nacionais e estrangeiras. Foi o que fizeram a Klabin e a chilena

Arauco, que recentemente compraram uma área florestal de 107 mil hectares, por US\$ 473,5 milhões, para fazer frente a seus projetos de expansão.

Para as empresas estrangeiras, essa é uma forma de driblar a restrição à compra de terras por capital estrangeiro imposta pela Advocacia-Geral da União (AGU) no ano passado. Empresas que não têm pelo menos 51% de capital social nacional passaram a ter restrições na compra de áreas no Brasil.

Para analistas, inflação segura juro em 9,5%

23/11/2011- Gazeta do Povo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse ontem que, mantida a condução da atual política econômica, será possível que o Banco Central continue com a trajetória de queda dos juros até 2014. Mas a expectativa de que o IPCA fique distante do centro da meta em 2012, baseado em fatores como o reaquecimento do país em meados do próximo ano e a crise internacional concentrada basicamente na Europa, leva economistas a não acreditar que os juros nominais no Brasil ficarão abaixo de 9,5% no ano que vem. Segundo eles, a desinflação que virá do exterior nos próximos 13 meses será bem menos expressiva do que espera o Banco Central.

Taxa de desemprego é prioridade do governo

Para José Márcio Camargo, a política econômica do governo é pautada por um princípio: manter a taxa de desemprego baixa. "Não faço juízo de valor sobre essa estratégia, mas isso é um fato", disse. Segundo ele, a taxa média de desocupação neste ano deve ficar próxima a 6%, o que deve levar o PIB para 3,2% e a IPCA a 6,6%, o que na prática é a descrição de uma curva de Phillips. Ele acredita que a estratégia do governo é fazer com que a taxa de desemprego não supere em 2012 a média de 7%, o que deve levar a inflação para 5,5%, com expansão do país de 3%.

Na avaliação de Camargo, para que aquele índice de preços atingisse a meta de 4,5% no próximo ano, seria necessário que a taxa média de desemprego atingisse 8%, o que faria com que o PIB subisse 2%. Ou seja, seria de um ponto porcentual a "taxa de sacrifício" do PIB para que a inflação alcançasse o objetivo central em 2012.

Massa salarial influenciará avanço

Para Braulio Borges, economista-chefe da LCA, a inflação no Brasil "não deve dar conforto" no próximo ano, pois deve ficar acima da meta em 2012, quando deve atingir 5,2%. Além de o mundo não entrar em recessão, segundo Borges outros fatores vão estimular a economia doméstica, como a elevação da massa salarial de 4,7% em 2011 e de 4,9% no próximo ano, mais a alta de 14% do salário mínimo, que deve colaborar para elevar o PIB ao redor de 0,3 ponto porcentual no ano que vem em relação ao atual. Na prática, o salário mínimo será um dos principais fatores que fará com que o país avance um pouco mais em 2012 ante este ano, pois Borges estima taxas de expansão do PIB de 3,1% e 2,8%, respectivamente.

De acordo com Borges, um outro fator importante que deve estimular a demanda no próximo ano é o não cumprimento da meta cheia do superávit primário. Com a preocupação em reforçar o crescimento do país, ele acredita que o saldo positivo deve atingir 2,7% do PIB em 2012, abaixo da marca de 3,1% do PIB. "Para atingir a meta cheia do superávit primário no próximo ano, o governo precisará cortar do Orçamento R\$ 60 bilhões, acima dos R\$ 50 bilhões contingenciados neste ano, o que não é provável", destacou.

Embora os economistas avaliem que a zona do euro deverá enfrentar recessão no fim de 2011 e no primeiro semestre do próximo ano, ponderam que os EUA ainda vão crescer perto de 1,5%, enquanto o pouso suave na China deve permitir um crescimento de pelo menos 8%. Na avaliação dos especialistas, para que a Selic pudesse baixar mais e chegasse a 8% em 2012, seria necessário que a atual crise internacional atingisse um nível bem mais profundo, com efeitos depressivos na economia do Brasil tão ou mais graves do que os registrados entre julho de 2008 a março de 2009, quando a produção industrial caiu 14%, avalia o ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman.

Com os sinais emitidos pelo BC, Schwartzman avalia que a Selic receberá mais dois cortes de 0,50 ponto porcentual: a primeira delas na quarta-feira da próxima semana e a segunda em janeiro. Ou seja, há mais chances de a taxa de juro real cair ainda mais, o que tende a estimular o nível de atividade e realimentar as pressões de alta da inflação. "A inflação só alcança a meta de 4,5% em 2012 com intervenção divina", disse. Para ele, o IPCA fechará o ano que vem entre 5,5% e 6%, depois de ter atingido 6,5% em 2011. O BC espera que o IPCA encerre o próximo ano em 4,7%; ontem, Nelson Barbosa disse que o índice deve desacelerar para um patamar abaixo de 5% em 2012.

Salário mínimo

O professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) José Márcio Camargo pondera que, com um aumento nominal de 14% do salário mínimo em 2012, mais a decolagem dos investimentos em infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio, a economia vai se revigorar – o que não vai permitir que os preços caiam com vigor no próximo ano. Ele espera que o PIB suba 3,2% neste ano e 3% em 2012, mas a demanda das famílias deverá ser mais vigorosa, pois, na sua estimativa, subiria 5,5% e 4%, respectivamente.

"A inflação vai reduzir a velocidade nos próximos três ou quatro meses. Porém, como o consumo doméstico está em expansão, como aponta a inflação de serviços, e a taxa de desemprego está nos menores patamares históricos, o IPCA deve retomar o vigor em meados de 2012 e fechar o próximo ano em 5,7%, depois de ter atingido 6,6% em 2011", disse Camargo, que também é economista-chefe da Opus Gestão de Recursos.

Dólar alto faz brasileiro conter gasto no exterior

23/11/2011- Gazeta do Povo

A alta do dólar reduziu, pelo terceiro mês consecutivo, os gastos dos brasileiros no exterior. Segundo o Banco Central, essas despesas somaram US\$ 1,720 bilhão em outubro, contra US\$ 1,776,4 bilhão em setembro e US\$ 1,902 bilhão em agosto (veja quadro nesta página). "O impacto da crise é observado em viagens internacionais, pois as pessoas físicas sentem o efeito da alta do dólar e reduzem seus gastos no exterior", disse Fernando Rocha, chefe adjunto do Departamento Econômico do BC.

Rocha lembrou que os efeitos das turbulências no mercado internacional podem aparecer não apenas nas viagens ao exterior, mas também na balança comercial e nas receitas que são enviadas para o país por brasileiros que moram em outros países para financiar suas famílias. De acordo com o relatório do Banco Central, a balança comercial registrou superávit de US\$ 2,4 bilhões em outubro. Embora represente um crescimento em relação ao saldo registrado no mesmo mês em 2010 (US\$ 1,846 bilhão), o número mostra uma desaceleração no dinamismo do comércio exterior brasileiro. Em agosto, por exemplo, o superávit da balança havia sido de US\$ 3,8 bilhões e, em setembro, de US\$ 3 bilhões. "Isso revela o impacto da menor demanda do mercado internacional", disse Rocha.

Nas remessas feitas por brasileiros fora do país, o relatório do Banco Central destaca que também houve desaceleração. Essas receitas eram de US\$ 114,4 milhões em setembro e caíram para US\$ 86 milhões em outubro de 2011. Em outubro do ano passado, o montante havia sido de US\$ 87 milhões. "Isso mostra que aumentaram as dificuldades nos mercados de trabalho dos países para onde brasileiros migraram" disse o técnico do BC.

Investimento

Visto como um dos poucos mercados com perspectiva de expansão num momento de crise internacional, o Brasil registrou novo recorde histórico em ingressos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Os dados do BC mostram que o IED atingiu US\$ 56 bilhões no acumulado do ano até outubro, resultado bem superior ao registrado no mesmo período no ano passado, quando esses recursos chegaram a US\$ 29,3 bilhões. O montante supera o total registrado em 2010 (US\$ 48,4 bilhões), que também era recorde para o ano. A expectativa da autoridade monetária é de que o IED feche 2011 em US\$ 60 bilhões.

Graças ao interesse dos aplicadores estrangeiros pelo mercado brasileiro, o país conseguiu financiar integralmente seu déficit em transações correntes, que ficou em US\$ 3,1 bilhões em outubro. No acumulado de 12 meses, esse resultado está negativo em US\$ 47,3 bilhões, representando 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Em outubro de 2010, o déficit em transações correntes havia sido de US\$ 3,77 bilhões. Ele encerrou o ano passado em US\$ 47,4 bilhões. Rocha destacou que o país vem conseguindo reduzir lentamente o saldo negativo das contas externas. "O déficit em transações correntes continuou sua trajetória de queda em outubro e isso deve se manter até o fim do ano", afirmou.

CNI: participação de importados no consumo é recorde

23/11/2011- Gazeta do Povo

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou nesta terça o estudo **Coeficientes de Abertura Comercial**, indicando que a participação dos produtos importados no consumo doméstico de bens industriais é recorde. Segundo o trabalho, o coeficiente de exportação - que corresponde à participação das exportações na produção da indústria - era de apenas 10% em 1996, mas aumentou de forma contínua até 2006, quando chegou a 20,4%. Nos anos seguintes, essa participação recuou, terminando 2010 em 17,5%. De acordo com a CNI, a tendência de 2011 indica reversão da tendência de queda.

Ainda de acordo com a CNI, o coeficiente de penetração de importações segue em tendência de alta desde 2004. Esse indicador, medido pela participação dos produtos importados no consumo doméstico, está aumentando de forma consistente. Com exceção do ano de 2009, o coeficiente cresceu de 2003 a 2010, passando de 12,1% para 20,3%. A confederação acredita que, em 2011, a participação dos importados no consumo deve aumentar ainda mais.

No estudo, a CNI destaca também que tem aumentado a importância das exportações para a indústria. Segundo a pesquisa, a tendência observada em 2011 aponta para a retomada do crescimento do coeficiente de exportação. No acumulado de quatro trimestres, encerrados no terceiro trimestre deste ano, o coeficiente alcançou a marca de 17,9%, o que representa um aumento de 0,4 ponto porcentual na comparação com 2010. De acordo com a confederação, esse aumento é resultado do crescimento "do quantum exportado pela indústria de transformação, associado a uma virtual estabilidade da produção física no período". Na indústria de transformação, o aumento foi de 0,4 ponto porcentual, atingindo 15%. Na indústria extrativa, a alta foi de 0,8 ponto porcentual, chegando a 73,7%.

Mais de um quinto do consumo total de bens industriais é atendido por importados, destaca o estudo. O coeficiente de penetração de importações alcançou 21,5% no acumulado dos quatro trimestres encerrados no terceiro trimestre deste ano, com alta de 1,2 ponto porcentual em relação a 2010. Segundo a CNI, é o maior valor da série histórica (iniciada em 1996) e está quase 10 pontos percentuais acima do nível mais baixo, registrado em 2003. No caso da indústria de transformação, o aumento no acumulado em quatro trimestres até o terceiro trimestre deste ano foi de 1,3 ponto porcentual, alcançando a marca de 20,4%, mais do que o dobro do observado em 1996, quando era de 10,1%. O coeficiente da indústria extrativa, entretanto, aponta relativa estabilidade. O acumulado em quatro trimestres ficou em 58,8% no terceiro trimestre de 2011, queda de 0,4 ponto porcentual na comparação com 2010.

O estudo, lançado hoje, será um produto trimestral da CNI e envolve quatro setores da indústria extrativa, 23 setores da indústria de transformação e 18 subdivisões.

Decisão do STJ anima fisco e Kia Motors

23/11/2011- Valor Econômico

Uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu à Kia Motors uma vitória importante na disputa com os sócios brasileiros da extinta Asia Motors do Brasil (AMB). A coreana, que controlava a Asia Motors Company (AMC), conseguiu a homologação quase completa da sentença do comitê de arbitragem da Câmara

Internacional de Comércio (CCI), que condenou a subsidiária brasileira a indenizá-la pelas perdas decorrentes da fracassada tentativa de instalação de uma fábrica na Bahia na década de 90. No entanto, o julgamento no STJ também animou o fisco, que viu na decisão - e em especial no voto da ministra relatora - um argumento adicional para cobrar uma dívida de R\$ 1,7 bilhão deixada pela AMB.

A Asia Motors do Brasil foi criada em 1993 para importar veículos da Coreia do Sul. Em 1997, dois sócios brasileiros e a Asia Motors Company, subsidiária da Kia Motors na Coreia, formaram uma joint venture com o intuito de construir uma fábrica no Brasil. A aliança, com 51% do capital nas mãos da empresa coreana, foi criada logo depois da entrada em vigor da lei que estabeleceu o regime automotivo brasileiro. A ideia era instalar uma fábrica na Bahia em troca de uma redução de 50% no imposto de importação incidente sobre automóveis e peças trazidos do exterior. Durante dois anos a AMB usufruiu do benefício fiscal até que, em 1998, o plano de instalar a fábrica no país foi abortado quando a Kia Motors encerrou os negócios da AMC em todo o mundo após ser adquirida pela Hyundai.

Ao desistir da fábrica na Bahia, a Kia iniciou a disputa com sócios brasileiros para ser ressarcida dos prejuízos

Ao desistir de instalar a fábrica na Bahia, a controladora Kia iniciou uma disputa com os sócios brasileiros na CCI com o intuito de ser ressarcida dos prejuízos pelo investimento fracassado. A decisão da CCI saiu em 2004 e condenou a AMB a pagar à Kia US\$ 79 milhões, com juros de 6% ao ano, por veículos que recebeu da AMC e outros US\$ 10 milhões, com multa de 10% e juros de 1% ao mês, pela assistência técnica prestada. Parte dos sócios brasileiros também foi condenada a pagar à Kia US\$ 30 mil por danos morais e US\$ 3,9 milhões em custos da arbitragem. Em 19 de outubro o STJ homologou parcialmente a sentença arbitral, que agora poderá ser executada no Brasil.

Embora a disputa entre os sócios da AMB tenha sido definida, ainda resta o desfecho de outra disputa - esta com o fisco brasileiro. A empresa encerrou suas atividades deixando uma dívida tributária de cerca de R\$ 1,7 bilhão, decorrente do usufruto dos benefícios fiscais do regime automotivo. As ações de execução da dívida fiscal tramitam na primeira e na segunda instâncias da Justiça Federal contra a AMB e seus sócios - entre eles a Kia Motors, que se defende com o argumento de que não tem responsabilidade pela AMB.

Agora, ao homologar a sentença arbitral, o STJ, segundo a avaliação do fisco, deixou uma porta aberta para a cobrança da dívida. Isso porque a ministra Maria Thereza de Assis Moura, relatora do processo julgado na corte especial do STJ, deixou claro que a decisão homologada não exime a Kia das obrigações que decorrem do negócio da qual era sócia no Brasil.

Embora o acórdão não tenha sido publicado ainda, a reportagem do **Valor** teve acesso a parte do voto da ministra do STJ, que afirmou que a decisão "não estava a eximir a (Kia Motors) das obrigações advindas do negócio jurídico legalmente pactuado, e enquanto partícipe da relação societária, das imposições legais, incluindo-se aí, obviamente, sujeições tributárias e outras a serem verificadas em espaço próprio e foro competente do Judiciário brasileiro." E a ministra ainda continuou no tema ao afirmar que a Kia Motors "está vinculada às obrigações tributárias assumidas com a atividade da Asia Motors do Brasil e em cuja participação detinha o controle acionário, controle esse mantido e não anulado pela decisão arbitral."

A chance de uma fábrica no país dar certo surgiu com o sucesso do Towner e Topic, vindos da Coreia

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) está no aguardo da publicação do acórdão do STJ para tomar as providências necessárias para dar continuidade à cobrança da dívida tributária da AMB. "Temos cobranças em curso e podemos robustecer a execução com a decisão", diz o coordenador -geral de representação judicial da PGFN, Cláudio Xavier Seefelder Filho. Ele confirma que os ministros da corte tangenciaram a questão tributária na decisão, preservando a relação tributária entre o fisco e a AMB e seus controladores. "A decisão veio ao encontro dos esforços da Fazenda na recuperação dos créditos", diz. Segundo ele, apenas após a publicação é que será avaliado um possível pedido de sucessão que atinja a Hyundai.

A Hyundai, que acaba de construir os prédios de uma grande fábrica de automóveis em Piracicaba (SP), a ser inaugurada em 2012, poderá ser cobrada por ter adquirido a Kia Motors num leilão realizado na Coreia do Sul em 1998. Por meio de porta-voz, a Hyundai Motor Brazil informou que "não comenta o assunto por não ser parte envolvida em nenhum momento do processo judicial sobre a dívida da Asia Motors do Brasil".

Se o fisco avalia que o julgamento foi favorável à cobrança da dívida, a Kia Motors considera a validação da sentença da CCI no Brasil uma vitória - já que a única parte da sentença arbitral não homologada pelos ministros da corte é a que trata de um aumento de capital promovido pela AMB em 1998 - e que, segundo a decisão da CCI, foi nulo. "E o STJ não homologou porque também já tinha julgado nulo o procedimento", diz o advogado Fabiano Robalinho Cavalcanti, do escritório Sergio Bermudes, que defende a coreana. De acordo com ele, a partir da publicação do acórdão será possível executar a decisão da CCI no Brasil - ou seja, instaurar processos de execução contra os sócios brasileiros da AMB na Justiça Federal. O advogado afirma que somente os veículos vendidos à AMB e não pagos somam R\$ 215 milhões, em valores atualizados.

Cavalcanti é enfático ao afirmar que a decisão representa uma completa vitória para a Kia, que tenta há seis anos homologar a decisão da CCI no Brasil. E que a dívida da AMB com o fisco não foi motivo de julgamento pelo STJ. "O que os ministros disseram foi que a questão tributária será avaliada pelo Poder Judiciário", afirma.

O principal sócio brasileiro do que seria uma fábrica da Asia Motors no Brasil é Washington Armênio Lopes, um empresário do setor de comércio que, na época da negociação com os coreanos, era importador da marca Asia. A chance de uma fábrica no Brasil dar certo surgiu com o sucesso dos veículos utilitários que ele trazia da Coreia - Towner e Topic, que passavam a representar a maior ameaça da legendária Kombi. Surgiu, então o acordo de joint venture entre a Asia Motors Corporation, que deteria 51% das ações da joint venture e o direito de controlar a empresa, e o grupo brasileiro. A pedra fundamental da futura fábrica acabara de ser lançada em Camaçari, no terreno hoje ocupado pela Ford, quando a crise atingiu o grupo coreano.

O advogado Marcus Vinicius Vita Ferreira, do escritório Wald Associados Advogados, que defende Armenio Lopes, afirma que vai esperar a publicação do acórdão do STJ para avaliar a decisão. Isso porque, segundo ele, parte da condenação da CCI recai sobre a própria AMB, que tem a Kia como sócia. Ele diz ainda que apenas após a publicação decidirá se vai recorrer da decisão.

Juros futuros perdem Selic de um dígito

23/11/2011- Valor Econômico

Mesmo com a leve queda de ontem, o dólar manteve o patamar de R\$ 1,8 e a tendência, a depender do agravamento da crise, deve ser de mais apreciação da moeda americana. A valorização acumulada em novembro já chega a 6% e alguns especialistas acreditam que esse poderia ser até mesmo um novo piso para a divisa no curto prazo.

A puxada recente da moeda é gradual, diferente do que ocorreu em setembro, quando houve de fato um "overshooting" - há dois meses, a valorização frente ao real, no mesmo período, foi de 19%, três vezes superior ao ritmo atual.

Mas a alta só não foi maior porque foi compensada pelo fluxo de dólar para o país, que continua abundante, mesmo com a crise. Seja pelo investimento estrangeiro direto, novamente surpreendendo positivamente, seja por captações de recursos por empresas e fundos brasileiros no exterior, o fluxo de recursos está relativamente elevado.

Câmbio e inflação voltam ao radar dos investidores

Os bancos têm monitorado a expectativa de entrada de dólar e a sinalização é que mais divisa entre até o fim do mês. Um indicador dessa expectativa é a queda do chamado cupom cambial - diferença entre os juros internos e externos, em dólar. Não fosse pela entrada de divisas, a moeda já poderia estar na casa de R\$ 1,84, acredita Italo dos Santos, gerente da mesa de dólar da corretora Icap.

O atual movimento de fortalecimento do dólar já levanta especulações sobre o impacto na inflação doméstica. Os economistas afirmam que o mais preocupante é sempre uma depreciação permanente na taxa de câmbio. Os coeficientes de contaminação do câmbio para a inflação (conhecido como "pass-through") giram em torno de 7% a 10%, mas é preciso que seja um enfraquecimento mais duradouro da moeda.

O efeito do repique de setembro, por exemplo, quando o câmbio bateu em R\$ 1,96, já se dissipou, segundo avaliação de especialistas, pois a moeda recuou em outubro. Mas uma nova elevação, agora sobre uma taxa mais apreciada, poderia novamente trazer problemas para a dinâmica dos preços na economia brasileira.

Hoje pela manhã será conhecido o IPCA-15, prévia da inflação oficial referente ao mês de novembro. As previsões indicam uma alta de 0,47%, ou seja, uma aceleração sobre o número do mês passado (0,42%) - mas que ainda levaria a taxa acumulada em doze meses para baixo, em 6,7%, vindo de 7,12% em outubro.

Uma coisa é clara: a preocupação com a inflação voltou a rondar as mesas de operações de bancos e corretoras. E parte da alta dos juros futuros de prazos mais longos, que ocorreu nos pregões de segunda-feira e terça-feira, é explicada justamente por essa avaliação.

A consequência é que o nível de juros de um dígito, esperado para o próximo ano, ficou para trás. Os contratos de DI negociados na BM&F, com vencimento em janeiro de 2013, fecharam ontem em alta de 0,03 ponto percentual, em 10,01% ao ano.

Isso explica parte da aceleração recente dos juros futuros. Mas há ainda um componente ligado diretamente à crise. Os investidores estrangeiros aproveitaram o momento para desmontar posições especulativas, depois de registrar ganhos consideráveis com a queda dos juros mais longos ocorrida na primeira quinzena do mês, e repatriar parte dos ganhos em meio à elevação da aversão ao risco global vista nos últimos dias.

O contrato de janeiro de 2013, por exemplo, estava indicando uma taxa de 10,48% há um mês. Mesmo descontando o custo de carregamento da aplicação, o investidor que entrou nesse dia ganhou algo como 40 a 45 pontos básicos, lucro importante para esse mercado.

A mudança de posição ganha um reforço baseada na certeza, cada vez maior, de um corte de 0,5 ponto percentual na próxima reunião do Copom, da próxima semana. A cada novo discurso das autoridades do Banco Central (BC), como ocorreu ontem, fica claro que o "ajuste moderado" será mantido no último encontro do ano.

Completa o quadro uma incerteza ligada ao segundo trimestre de 2012 no Brasil. De fato nos próximos meses o fluxo de informações será favorável ao BC. A inflação seguirá convergindo para algo na casa dos 5,5% até abril, como prega o presidente da autoridade monetária, Alexandre Tombini. Mas a partir daí, começam a se acumular os efeitos positivos para a economia, como o reajuste do salário mínimo, o IPI do cigarro e também os impactos do atual ciclo de afrouxamento monetário.

A atividade, portanto, começará a se recuperar, mas ninguém pode prever qual será o ritmo de expansão, dada a crise externa, longe do fim. Ontem, o Federal Reserve exigiu que os grandes bancos americanos façam testes de estresse para avaliar os impactos de uma severa recessão na zona do euro e uma taxa de desemprego nos Estados Unidos de 13%.

Indústria que usar reciclado como matéria-prima terá crédito de IPI

23/11/2011- Valor Econômico

A presidente Dilma Rousseff concedeu nesta terça-feira direito a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às indústrias que usarem resíduos sólidos reciclados como matéria-prima para a fabricação de seus produtos.

O decreto, publicado hoje no "Diário Oficial da União", foi assinado segunda-feira pela presidente, depois de gestões da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, junto à Casa Civil. O decreto foi assinado a tempo de a ministra anunciar a notícia na noite de ontem durante a cerimônia de abertura do 10º Festival e do Fórum Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte.

"Os resíduos sólidos deverão ser adquiridos diretamente de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, constituídas de, no mínimo, 20 cooperados pessoas físicas, sendo vedada, neste caso, a participação de pessoas jurídicas", destacou o decreto assinado pela presidente.

A nova Lei do Aviso Prévio

23/11/2011- Valor Econômico

Contendo apenas dois artigos e publicada em 13 de outubro, a Lei nº 12.506 buscou regular questão há muito tempo debatida no Judiciário: a fixação do aviso prévio de acordo com o tempo de serviço do empregado, conforme previsto na Constituição Federal (art. 7º, XXI).

A lei dispõe que o aviso prévio deve ser concedido na proporção de 30 dias aos empregados que possuem até um ano de serviço na mesma empresa. Estabelece, ainda, que ao aviso devem ser acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, em um total de até 90 dias.

Ocorre que, ao invés de por fim à discussão sobre o aviso prévio, a lei gerou dúvidas e interpretações diversas sobre situações que deveriam ter sido consideradas pelo legislador durante o processo de sua elaboração.

Olvidou-se o legislador de estabelecer as regras temporais de aplicação da lei, em especial no que diz respeito às rescisões de contratos cujo aviso prévio já se encontrava em curso quando da publicação da nova legislação.

Questionamentos sobre o tema têm se proliferado no meio jurídico. O texto legal não deixa claro, por exemplo, se a regra pode ser exigida dos empregados que pedem demissão. Controvérsias recaem, ainda, sobre o alcance da legislação aos empregados domésticos.

Ao invés de por fim à discussão sobre o aviso prévio, a lei gerou dúvidas

Um ponto de muita controvérsia diz respeito à consideração ou não da fração de tempo superior a um ano de serviço na contagem do aviso prévio. Isso porque a lei dispõe que o acréscimo de dias deve considerar cada ano de serviço prestado na mesma empresa após o primeiro ano de trabalho. Não há, pois, previsão expressa de que a fração de tempo menor que um ano deva ser considerada como um ano completo para fins de gozo e/ou pagamento de aviso prévio. Assim, após o primeiro ano de trabalho, qualquer fração de tempo inferior a um ano não pode ser considerada para fins de cálculo e duração do aviso. Se a lei não cuida de proporcionalidade, qualquer interpretação diversa é contestável.

No entanto, já há na doutrina entendimentos alternativos como, por exemplo, o de que, em não sendo interpretada a proporcionalidade anual, que então seja aplicada a proporcionalidade mensal, considerando cada ano após 15 dias, tal como se calcula para indenização de férias e de 13º salário, por analogia; outros consideram como ano completo o período que sobejar seis meses. Tais posições não são compartilhadas pelos autores deste artigo.

Outras lacunas da lei têm sido alvo de discussões no meio jurídico e logo serão submetidas à apreciação do Poder Judiciário. Nesse contexto, o presente artigo busca orientar os empregadores que têm se deparado com dificuldades na aplicação da nova regra aos casos concretos.

Segundo a nova lei, o período mínimo de aviso prévio é de 30 dias para os empregados que contam com até um ano de serviço na mesma empresa. Assim, não importa se o empregado tem ou não um ano de serviço completo. A fração de tempo

deve ser considerada, pois a lei dispõe expressamente que o direito alcança o empregado que tem até um ano de serviço. E nem poderia ser diferente, já que a CF garante o mínimo de 30 dias.

O período máximo de aviso prévio perfaz 90 dias e resulta do acréscimo, aos 30 dias do primeiro ano, de mais três dias por cada ano de serviço completo, limitados ao total de 21 anos de trabalho. A partir do segundo ano, a fração de tempo deve ser desconsiderada, de modo que o pagamento e o período de aviso observem apenas a quantidade de anos completos de trabalho.

Vale ressaltar que as rescisões perfeitas e acabadas não são alcançadas pela nova regra, tendo em vista que a lei não retroage no tempo para modificar o ato jurídico perfeito.

Isso não ocorre com as demissões com aviso prévio trabalhado ou indenizado, cujos efeitos ultrapassaram 13 de outubro de 2011. Isso porque as rescisões só alcançaram status de ato jurídico perfeito após o início da vigência da lei.

O mesmo princípio se aplica também aos empregados que pedem demissão ou cumprem o novo período trabalhando. Caso não haja dispensa pelo empregador dessa obrigação, devem indenizar os dias respectivos, abatendo-se a quantia dos valores que lhe forem porventura devidos a título de verbas rescisórias.

Além da indenização do aviso prévio proporcional de acordo com o tempo de serviço, o período de tempo tem que ser considerado para todos os efeitos legais e isso inclui a incidência para cálculo de 13º salário e férias indenizadas em rescisão, além da projeção futura para fins de pagamento da indenização adicional prevista no art. 9º das Leis 6.708/79 e 7.238/84.

Por igual, se a dispensa for imotivada com o período do aviso cumprido, a redução das duas horas diárias se estende tanto quanto forem esses dias; se o empregado optar pela redução de dias trabalhados ao invés de horas, basta que se faça a proporção (regra de três), para se obter a quantidade de dias reduzidos.

Quanto aos empregados domésticos e rurais, a nova lei os alcança, já que não se pode olvidar que a CF é posterior à CLT e o dispositivo constitucional que garante o aviso para os empregados domésticos e rurais é o mesmo que garante o direito ao empregado urbano.

A regulamentação da nova lei é algo que se impõe, de forma que não se transfira ao Judiciário a interpretação e a aplicação a cada caso concreto. O prejuízo a empregadores e empregados será enorme, haja vista que até que a matéria seja sumulada, anos se passarão com entendimentos discrepantes proferidos pelos diversos tribunais pátrios, uns tendendo ao empregador, outros ao empregado.

Microempresa poderá pedir parcelamento de débito em janeiro

23/11/2011- G1

Possibilidade foi aberta por mudança de regras, mas não engloba MEI.

Parcela mínima será de R\$ 500, com exceção do empreendedor individual.

Do G1, em Brasília

O Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) informou nesta segunda-feira (21) que foi aprovada a resolução 92, encaminhada para publicação no "Diário Oficial da União", que regulamenta o parcelamento dos débitos tributários apurados no Simples Nacional para as microempresas e para as empresas de pequeno porte - o que deve englobar cerca de 500 mil companhias com dívidas.

A possibilidade de parcelamento para as empresas do Simples Nacional foi aberta recentemente, com a sanção pela presidente Dilma Rousseff do projeto que corrige os limites de faturamento das micro e pequenas empresas - além do empreendedor individual. Neste primeiro momento, porém, o parcelamento não englobará o empreendedor individual (MEI) - cuja regulamentação sairá posteriormente, segundo o CGSN.

De acordo com o Fisco, o parcelamento poderá ser buscado, para débitos junto à União, a partir do dia 2 de janeiro de 2012. Caso a dívida seja com o Fisco, o pedido deve ser feito à Receita Federal. Na hipótese de o débito estar inscrito na dívida ativa da União, o requerimento deve ser feito à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

No caso de dívidas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual, ou do Imposto Sobre Serviços (ISS) municipal, os pedidos devem ser feitos diretamente aos estados, Distrito Federal, ou municípios envolvidos.

Prazo e juros

O Comitê Gestor do Simples Nacional lembra que, para os débitos junto à União, as empresas deverão obedecer às condições vigentes do chamado "parcelamento tradicional", ou seja, a modalidade que não oferece desconto em multas e juros. A dívida poderá ser parcelada em até 60 meses, sendo que a correção das parcelas se dará pela taxa Selic.

"Poderão ser parcelados débitos apurados no Simples Nacional constituídos e exigíveis. O débito pode ter sido constituído: pela RFB, Estado, DF ou Município por meio de lançamento fiscal;

pelo contribuinte, por meio: da DASN - débitos até o ano-calendário 2011; do PGDAS, débitos a partir de janeiro de 2012. É vedada a concessão de novo parcelamento enquanto não integralmente pago o parcelamento anterior, salvo nas hipóteses de reparcelamento.", informou o Comitê Gestor do Simples.

Valor das prestações

De acordo com informações do Comitê do Simples, o valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor da dívida consolidada pelo número de parcelas. "No âmbito da RFB e da PGFN, o valor mínimo será de R\$ 500, exceto quanto aos débitos de responsabilidade do MEI, quando o valor mínimo será estipulado em ato do órgão concessor. O Estado, DF ou Município estabelecerá o valor mínimo nos parcelamentos de sua competência", informou.

Rescisão do parcelamento

O governo informou ainda que a falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não; ou

a existência de saldo devedor, após a data de vencimento da última parcela do parcelamento, implicará na rescisão do parcelamento.

Déficit brasileiro de autopeças chega a US\$ 4 bilhões no ano

23/11/2011- Newsletter Automotive Business

O déficit brasileiro de autopeças chegou a US\$ 4 bilhões no acumulado de janeiro a outubro, 29,35% superior ao de igual período de 2010. Os dados, organizados pelo Sindipeças, vêm da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Em outubro, especificamente, os embarques, para 172 países, somaram US\$ 946 milhões. As importações, vindas de 141 países, totalizaram US\$ 1,4 bilhão. A Argentina continua sendo o principal destino das exportações e os Estados Unidos, o primeiro na lista dos maiores exportadores para o Brasil.

Ford inaugura fábrica de motores na Argentina

23/11/2011- Newsletter Automotive Business

A Ford inaugurou na Argentina uma fábrica de motores. O evento comemora os 50 anos do Centro Industrial de Pacheco e teve a presença da presidente Cristina Kirchner (foto). A unidade resulta de um investimento de cerca de US\$ 21 milhões e tem capacidade para produzir 44 mil motores a diesel por ano com um turno de trabalho.

Os propulsores vão equipar a próxima geração da picape Ranger. A nova fábrica marca a retomada da produção de motores pela Ford Argentina, que deixou de fabricá-los na metade dos anos 1990. Segundo a Ford, a unidade vai gerar 140 empregos diretos e 100 indiretos na cadeia de produção, fomentando o fornecimento local e favorecendo a substituição de itens importados.

Para isso, a Ford trabalha no desenvolvimento de um parque de fornecedores nos terrenos vizinhos ao Centro Industrial de Pacheco. A nova fábrica de motores complementa o investimento de US\$ 250 milhões anunciado na Argentina em 2010 por Alan Mulally, CEO e presidente da Ford Motor Company.

Endividamento cai e intenção de compra cresce

23/11/2011- Newsletter Automotive Business

O endividamento das famílias brasileiras caiu pelo sexto mês consecutivo em todo o país. A conclusão é da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na segunda-feira, 21, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Entre os entrevistados para o estudo, 59% das famílias declararam ter dívidas de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimos pessoais, prestação de carro e seguros. Em outubro esse percentual era 61,2%. O indicador tem leve recuo também em relação a novembro de 2010, quando 59,8% reportaram dívidas.

O número de famílias que declarou não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso voltou a cair em novembro, após leve alta em outubro, de 8,2% para 7,3%. No mesmo mês de 2010, o índice era de 9%. O percentual de famílias endividadas recuou em ambas as faixas de renda pesquisadas. No grupo inferior a dez salários mínimos, o número chegou a 60,4% este mês, ante 62,9% em outubro. Em novembro do ano passado o percentual era 62,2%.

Para as famílias com renda mensal superior a dez salários mínimos, o nível de endividamento recuou de 50,5% dos entrevistados em outubro para 48,9% em novembro. O percentual ainda é superior ao observado em há um ano, quando 45,1% das famílias nessa faixa de renda declararam ter dívidas.

O cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida por 73,2% das famílias, seguido por carnês (25,8%) e crédito pessoal (12,7%). Para as famílias de renda de até dez salários mínimos, 73,4% apontavam o cartão de crédito, 27% o carnê e 12,7% o crédito pessoal. Já para o grupo de renda acima de dez salários mínimos, as principais dívidas foram: cartão de crédito (71,7%), financiamento de carro (22,4%) e carnês (14,1%).

Intenção de consumo em alta

Contraopondo a redução do endividamento, o estudo da CNC detectou leve expansão de 0,3% na intenção de consumo das famílias em novembro na comparação com outubro. Apesar de ser a segunda alta consecutiva do indicador, o avanço não reverteu a queda no ritmo de consumo. A intenção de consumo das famílias caiu 1,2% no reajuste anual.

A tímida evolução do índice nacional foi impulsionada pelas capitais dos estados do Centro-oeste, Norte e Nordeste, com variações positivas de 8,8%, 0,4% e 0,4%, respectivamente. A confiança das famílias que ganham mais de dez salários mínimos aumentou 1,3% e foi a maior contribuição para a manutenção do índice. Já a intenção de consumo das famílias com renda até dez salários mínimos apresentou elevação de 0,2%.

A confiança no mercado de trabalho também contribuiu para a sustentação do índice, de acordo com a pesquisa. Ainda que em menor ritmo, as famílias entrevistadas estão mais confiantes com o emprego e a renda. Cerca de 51% se sentem mais seguras com a situação do emprego em relação ao total de outubro.

Terceirização: empregada ganha diferença salarial ocorrida em troca de empresas

23/11/2011- Relações do Trabalho

A Liderança Limpeza e Conservação Ltda., empresa terceirizada que presta serviços ao Governo de Santa Catarina, terá de arcar com as verbas trabalhistas de uma empregada oriunda da empresa contratada anteriormente para prestar os mesmos serviços ao estado. Segundo o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, relator que examinou o recurso da Liderança na Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ela é sucessora da empresa anterior e, assim, não poderia ter reduzido o salário da trabalhadora.

Na ação trabalhista, a empregada informou que, apesar da troca de empresa, não deixou de trabalhar um dia sequer. Após ser admitida pela Liderança, passou a responder sozinha pelo serviço que era realizado por três colegas na empresa anterior: digitação na central de atendimento, atendimento telefônico e encaminhamentos e foi ainda incumbida dos serviços de assistência judiciária, distribuição e cópias xerox, com salário inferior ao até então percebido. Ao ser dispensada sem justa causa em 2008, ela ajuizou a ação com pedido de diferenças salariais.

Ao examinar o recurso da Liderança contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) que a condenou ao pagamento das referidas diferenças, o ministro Aloysio Veiga manteve o entendimento do TRT no sentido de que se tratava de empresas prestadoras de serviços para órgãos públicos, donde a nova empresa sucedia a antiga quanto aos contratos de trabalho. Observou ainda que a empregada permaneceu no local de trabalho, sem solução de continuidade. O TRT esclareceu que a sucessão não ocorre somente nos casos de transferência de empresa, mas, também, com a continuidade da exploração do mesmo negócio jurídico por outra empresa distinta e sem nenhum vínculo jurídico com a anterior.

O relator acrescentou que, no Direito do Trabalho, o conceito de sucessão está vinculado a seus efeitos concretos no contrato de trabalho, conforme a norma contida nos artigos 10 e 448 da CLT, segundo as quais a alteração na estrutura jurídica da empresa ou a mudança de propriedade não podem afetar os contratos de trabalho dos respectivos empregados. No caso, além de a empresa anterior ser parte no processo, a alegação da empregada foi a de que a sucessão reduziu direitos que já haviam sido integrados ao seu contrato de trabalho.

Para o relator, a legitimidade da empresa sucessora é patente, pois houve continuidade da mesma atividade econômica, mas com alteração em prejuízo das condições ajustadas no contrato de trabalho que continuou. O ministro assinalou que a sucessão de empregadores, na terceirização, não pode trazer prejuízo ao empregado. Não é possível recepcionar a terceirização de serviços numa situação em que se proporciona a precarização da relação de trabalho, na medida em que a implementação de tal processo produtivo deve estar em consonância com a garantia dos direitos básicos do empregado, afirmou.

Ao concluir, o relator ressaltou que a Liderança Limpeza e Conservação não poderia ter alterado de forma prejudicial as condições de trabalho que a empregada mantinha com a empresa anterior reduzindo o seu salário, em flagrante ofensa ao artigo 7º, inciso VI, da Constituição da República. Por unanimidade, a Turma negou provimento ao recurso de revista da empresa.

Desindustrialização é maior ameaça para a siderurgia latino-americana

23/11/2011- Relações do Trabalho

A tentativa de reverter a tendência de desindustrialização que se alastra pela maioria dos países da América Latina é o maior desafio que terá que enfrentar, disse ao Valor o mexicano Raul Gutiérrez Muguerza, diretor-geral do grupo siderúrgico do México Deacero SA e recém-eleito presidente da Asociación Latinoamericana del Acero (Alacero, ex- Ilafa - Instituto Latino-americano de ferro e aço).

Ontem, na última sessão do 52º Congresso Latino-americano de Siderurgia, realizado no Rio, Muguerza apontou como o segundo desafio que o espera, no mandato de um ano à frente da entidade, a busca pela integração latino-americana para enfrentar a ameaça da China, que responde atualmente por 71% das importações de manufaturados das quatro maiores economias da região: México, Brasil, Colômbia e Argentina. Este percentual é 30 vezes o que esses países exportam em bens manufaturados para o mercado chinês.

"Podemos nos complementar muito bem e criar uma força maior para produzir manufaturas capazes de competir melhor globalmente". Na avaliação do novo presidente da Alacero, China se converteu no maior produtor de produtos industriais do mundo e, além de fabricar todo tipo de bens em uma quantidade muito significativa e muito acima da escala econômica que existe nos países latino-americanos, os vende a preços de custo tão baixos que torna difícil a competição.

Pesquisadores investigam impacto do etanol nos motores

23/11/2011- CIMM

Um consórcio entre empresas e universidades está estudando maneiras de aperfeiçoar motores bicomustível em uma pesquisa pré-competitiva que acaba de receber apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Conduzido por cinco montadoras de veículos – Volkswagen, Fiat, Renault, General Motors e PSA Peugeot Citroën –, uma fabricante de peças de motores – Mahle Metal Leve –, a Petrobras e três instituições de ensino superior sediadas no Estado – Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do ABC (UFABC) –, o projeto "[Desafios Tribológicos em Motores Flex-Fuel](#)" tem como foco a área de tribologia, ciência voltada ao entendimento dos fenômenos relativos ao atrito, desgaste e lubrificação.

De acordo com o projeto, o uso de etanol em motores, além do aumento de solicitação decorrente da maior pressão de combustão, incorpora condicionantes ainda mal entendidas como possível lavagem e diluição do lubrificante durante a partida a frio, ambiente mais corrosivo, ou, de modo geral, alteração no meio ambiente do sistema tribológico, o que já têm resultado em falhas nos componentes de motores.

Eduardo Tomanik, gestor de inovação da Mahle Metal Leve, foi um dos idealizadores da iniciativa em 2009, juntamente com o professor Amilton Sinatora, da Escola Politécnica da USP, que coordena o projeto. "Problemas e oportunidades de motores flex-fuel são uma peculiaridade do Brasil. As montadoras estão começando a fazer pesquisa sobre isso no exterior, em consórcios, de maneira semelhante ao nosso, como na Inglaterra, por exemplo", explica Tomanik em entrevista a Inovação Unicamp. Segundo ele, a indústria brasileira apenas adaptou o motor movido a gasolina para uso com etanol, sem um esforço de pesquisa e desenvolvimento mais aprofundado.

Aportes em três anos

Entre agosto de 2009, quando começou a ser estruturado o consórcio, e agosto de 2011, quando a Fapesp aprovou um projeto de três anos de duração pela linha de fomento Parceria para Inovação Tecnológica (PITE), as universidades já haviam começado a direcionar o trabalho dos grupos de pesquisa para o estudo das soluções tribológicas nos motores bicomustível com seus próprios recursos de bolsas para os doutorandos. Atualmente, o consórcio conta com aproximadamente dez subprojetos,

conduzidos nas três universidades. A Petrobras já fez um aporte unitário de R\$ 820 mil em dezembro de 2010 para a aquisição de um tribômetro, que será utilizado na USP, pela equipe de Sinatora. A inauguração do espaço no Laboratório de Fenômenos de Superfície, na Escola Politécnica - recém reformado com recursos da petrolífera para abrigar o novo equipamento -, deverá ocorrer em janeiro. A coordenação do projeto estima que a assinatura do consórcio pelas empresas acontecerá até janeiro. Atualmente os participantes estão discutindo as cláusulas de propriedade intelectual do acordo de pesquisa pré-competitiva. A expectativa do grupo é de que novas empresas possam entrar no consórcio à medida que ele se consolide, sendo que atualmente a Vale Soluções em Energia (VSE) estuda entrar no projeto. As cinco montadoras e a Mahle farão um aporte anual individual de R\$ 100 mil durante três anos, totalizando R\$ 1,8 milhão. Com os recursos da Fapesp pelo PITE, o valor total do consórcio será de aproximadamente de R\$ 5 milhões, com duração até julho de 2014.

"Nós não esperamos desenvolver produtos novos nesse consórcio, pois ele envolve firmas concorrentes, mas queremos gerar um conhecimento que alavanque desenvolvimentos futuros. Mais do que desenvolver um novo produto, queremos trazer conhecimento estruturado sobre o problema, tanto na indústria quando na academia, para conseguirmos soluções inéditas." Na indústria de transformação brasileira, o setor de automóveis, camionetas, utilitários, caminhões e ônibus é o que apresenta a maior taxa de inovação (83,2%), de acordo com a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2006 e 2008.